operações com mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, sem que a Recorrente conseguisse elidir tal constatação.

5. Recurso não provido.
7. Decisão por unanimidade.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 21 de junho de 2006.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente e Relator
José de Sousa Brito – Conselheiro
José de Deus Lacerda Filho – Conselheiro
Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro
Christianne Arruda – Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ (PRIMEIRA CÂMARA)
RECURSOS VOLUNTÁRIOS Nº 042/2006 e 043/2006
PROCESSOS ORIGINAIS: 00301.01268/2005-7 e 00301.01271/2005-0
RECORRENTE: SUDAMAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIGARROS LTDA. (I.E. 19.429.108-1)
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAUJO
Sessão realizada em 20 de junho de 2006

ACÓRDÃO Nº 060/2006

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. CIGARROS. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. NÃO CONFIGURAÇÃO. IMPOSTO RETIDO E RECOLHIDO FORA DO PRAZO.

1. Imposto retido e recolhido depois do prazo legal fixado no art. 4º do Decreto 9.204/94.
2. O STJ consolidou entendimento que, com relação a tributos sujeitos ao lançamento por homologação, não se configura a denúncia espontânea quando houver a declaração desacompanhada do recolhimento tempestivo do tributo.
3. Acréscimos legais decorrentes do pagamento extemporâneo devidamente especificados na Lei 4.257/89.
4. Recursos conhecidos, porém não providos.
5. Decisão por unanimidade.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 22 de junho de 2006.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente e Relator
José de Sousa Brito – Conselheiro
José de Deus Lacerda Filho – Conselheiro
Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro
Christianne Arruda – Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PRIMEIRA CÂMARA
RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 030/2004
PROCESSO DE ORIGEM nº 301.01431/2001
RECORRENTE: CERVEJARIA ASTRAS UNIDADE EQUATORIAL
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAUJO
Sessão realizada em 20 de junho de 2006

ACÓRDÃO Nº 061/2006

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RETENÇÃO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. DEVOLUÇÕES. ANULAÇÕES DE VENDAS. RESSARCIMENTOS. NÃO COMPROVAÇÃO.

1. O regime da Substituição Tributária, previsto na Constituição Federal, foi criado para facilitar a atuação dos órgãos responsáveis pela fiscalização de compra e venda de mercadorias envolvendo um pequeno número de fabricantes, um grande número de atacadistas e um número maior ainda de varejistas.
2. A infração capitulada no auto versa sobre falta de retenção do ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA em operações com vendas de cervejas realizadas para contribuintes substituídos localizados no Estado do Piauí.
3. A Recorrente contesta aduzindo que as notas fiscais objeto do presente Levantamento foram emitidas com a natureza de operações de devoluções, anulações e ressarcimentos.
4. Ocorre que cada uma das operações acima descritas necessita de um procedimento formal para assegurar ao Fisco a efetividade dos processos que lhes deram origem.
5. A recorrente não conseguiu comprovar tais operações, gerando uma presunção relativa de que, na verdade, tratou-se de vendas sem a devida retenção do ICMS.
6. Recurso não provido.
7. Decisão por unanimidade.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 22 de junho de 2006.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente e conselheiro-relator
José de Sousa Brito – Conselheiro
José de Deus Lacerda Filho – Conselheiro
Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro
Christianne Arruda – Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ

Primeira Câmara RECURSAL

RECURSOS VOLUNTÁRIOS: 193/2004 e 195/2004

PROCESSOS DE ORIGEM: 01308.00003/2005-0 e 01308.00005/2005-6

RECORRENTE: M. M. PEÇAS, MOTORES E MÁQUINAS AGRÍCOLAS (I. E. 19.438.239-7)

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RELATOR: FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAUJO

Sessão realizada em 20 de junho de 2006

ACÓRDÃO Nº 062/2006

EMENTA: ICMS. Obrigação principal. Redução indevida da base de cálculo. Ocorrência.

1. Falta de recolhimento do ICMS decorrente da utilização da base de cálculo reduzida, relativamente a saídas de mercadorias não autorizadas pelo Convênio ICMS 52/91.
2. O Decreto 9.732/97 incorporou o Convênio ICMS 52/91, concedendo, até 31 de julho de 2000, redução da base de cálculo a 64,71% nas operações internas e interestaduais nas operações com máquinas, aparelhos e equipamentos industriais constantes no anexo II, e a redução a 41,17% nas operações com máquinas e implementos agrícolas, constantes no anexo III do referido Decreto. A Recorrente efetuou vendas nos exercícios de 1997 e 1998 e se utilizou deste benefício aplicando o multiplicador direto de 7% para todas as operações de saídas de seu estabelecimento.
3. Os Auditores constataram a irregularidade e constituíram o crédito fiscal da diferença entre o que foi e o que deveria ter sido apurado.
4. A regra geral, no Direito tributário, é a tributação, sendo os benefícios fiscais exceções a esta regra devendo, portanto, ser interpretados de forma literal e restritiva.
5. Devido à existência de algumas mercadorias, constantes no levantamento, acobertadas pelo benefício da redução da base de cálculo, os Recursos foram conhecidos e providos em parte.
6. Decisão por unanimidade.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 27 de junho de 2006.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente e Conselheiro-Relator
José de Sousa Brito – Conselheiro
José de Deus Lacerda Filho – Conselheiro
Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro
Christianne Arruda – Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
Primeira Câmara - PROCESSO DE RECURSO FISCAL Nº 001/2006
PROCESSO ORIGINAL: 00104.00114/2005-0
RECORRENTE: FRANCISCO GOMES DE OLIVEIRA MEE
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ DE SOUSA BRITO

ACÓRDÃO Nº 063/2006

EMENTA: ICMS – Obrigação Principal. Saídas de mercadorias sem emissão dos documentos fiscais e sem os correspondentes recolhimentos do ICMS. Comprovados através do Levantamento Financeiro Simplificado.

Fundamentação legal: Artigos 1º “caput” e 2º “T”, da Lei 4.257/89 combinados com artigos 166, § 4º, XXII e 87 “T” do RICMS, com artigo 1º do Dec. 9.740/97 e artigo 315 do RICM, mantido em vigor pelo artigo 204 do RICMS.

Penalidade: Artigo 78, II “a” da Lei 4.257/89, com redação dada pelo artigo 1º da Lei 4.892/96.

Recurso conhecido e não provido, no sentido de considerar procedente o Auto de Infração lavrado. Decisão unânime.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina (PI), 20 de junho de 2006.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente
José de Sousa Brito – Conselheiro-Relator
José de Deus Lacerda Filho – Conselheiro
Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro
Christianne Arruda – Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
SEGUNDA Câmara

PROCESSO DE RECURSO FISCAL Nº. 335/2005

PROCESSO ORIGINAL: 346.01236/2004

RECORRENTE: VAREJÃO DAS PEÇAS LTDA.

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RELATOR: EMMANUEL PACHECO LOPES

Sessão realizada em 29 de junho de 2006.

ACÓRDÃO Nº 064/2006

EMENTA: ICMS - Obrigação Acessória. Falta de apresentação, no prazo legal, da Leitura da Memória Fiscal em Equipamento Emissor de Cupom Fiscal. Responsabilidade objetiva.

Obrigatoriedade: Art. 64 “caput” da Lei 4.257/89 combinado com Art.